

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

DANIELLA SILVA DE SOUZA

**O FEMINICÍDIO E OS JORNAIS: A CONSTRUÇÃO DO TEXTO
JORNALÍSTICO E SUA INFLUÊNCIA NO DEBATE**

VOLTA REDONDA

2018

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

DANIELLA SILVA DE SOUZA

**O FEMINICÍDIO E OS JORNAIS: A CONSTRUÇÃO DO TEXTO
JORNALÍSTICO E SUA INFLUÊNCIA NO DEBATE**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aluna: Daniella Silva de Souza

Orientadora: Angélica Aparecida Silva Arieira

VOLTA REDONDA

2018

DEDICATÓRIA

A todas as incansáveis mulheres que participam de minha vida, que jamais me permitiram desistir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, Angélica Arieira, por me guiar nessa trajetória de forma tão incrível e didática, e por muitas vezes ser, além de orientadora, uma grande amiga. A Deus que em sua infinita bondade me deu forças para continuar, ao meu pai que mesmo não compreendendo alguns dos meus sonhos sempre me apoiou, à minha mãe, aonde encontro abrigo e afeto quando preciso, à Pâmela, que além de minha companheira, se tornou minha maior incentivadora, e aos meus amigos, que não me deixaram perder a fé em mim mesma e fizeram da graduação uma tarefa menos árdua.

“A humanidade sempre teve medo de mulheres que voam, sejam elas bruxas, sejam elas livres.”

(Autor desconhecido)

RESUMO

O Femicídio tem como definição o assassinato de mulheres pela condição de mulher. No Brasil, este tipo de crime é tipificado como condição qualificadora do crime de homicídio a fim de proteger e amparar as mulheres brasileiras. Entretanto, os níveis de violência contra a mulher aumentam cada vez mais. Com isso, acredita-se que seja necessário um esclarecimento maior a respeito desses crimes e sua gravidade para que haja uma reflexão social que auxilie a diminuição dessas violências de gênero, auxílio esse que pode surgir através de diversas notícias em seus mais variados formatos que esclareçam a posição da mulher na sociedade e a necessidade de proteção contra um sistema que oprime e mata tantas mulheres diariamente. Os jornais são fontes poderosas de informação e, por isso, essa pesquisa analisará os conteúdos noticiosos presentes em dois dos maiores jornais nacionais, sendo esses o jornal O Globo e a Folha de São Paulo a fim de identificar a forma como os crimes de feminicídio vêm sendo tratados pela principal fonte de informação do país e de que maneira estes veículos podem auxiliar na reflexão do problema.

Palavras-chave: Femicídio; O Globo; Folha de São Paulo; Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

The feminicide has as definition the murder of women by the condition of them to be a woman. In Brazil, this type of crime is included as a category of homicide with the purpose of protect and care of the Brazilian women, however, the levels of violence against women grows up more and more. With that, we believe that would be necessary a bigger clarification about these crimes and the seriousness about them to create a social reflection that helps to lower this gender violence, this kind of help could emerge from the news contents to clarify about the women position on society and the need of protection against a system that oppress and kill so many women daily. The papers are powerful sources of information and, by that, this search will analyze the news contents on two of the biggest national papers, the O Globo and Folha de São Paulo to identify the way the feminicide crimes have been talked about by the principal source of information of the country and how these vehicles can help the reflection of the problem.

Keywords: Feminicide; O Globo; Folha de São Paulo; Maria da Penha Law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 JORNALISMO, UM BREVE HISTÓRICO	16
2.1 O papel duplo do jornalista	19
2.2 O jornalismo e sua importância na formação reflexiva	22
3 A CONSTRUÇÃO DO FEMINICÍDIO	28
4 O SILÊNCIO MATA: ANÁLISE	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6 REFERÊNCIAS.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Charge de Claudius	25
Figura 2: Charge de Claudius	26
Figura 3: Jesuíno Mendonça descobre traição de Sinhazinha	30
Figura 4: A ciência da vida doméstica	32
Figura 5: Conselhos de mãe a uma filha casada	33
Figura 6: Manchetes sobre feminicídio	38
Figura 7: O Globo em 05 de dezembro de 2006	43
Figura 8: Folha de São Paulo em 06 de agosto de 2006	43
Figura 9: O Globo em 14 de abril de 2007	44
Figura 10: Folha de São Paulo em 21 de abril de 2007	45
Figura 11: O Globo em 01 de novembro de 2008	46
Figura 12: Folha de São Paulo em 21 de dezembro de 2008	47
Figura 13: O Globo em 11 de março de 2009	48
Figura 14: Folha de São Paulo em 20 de janeiro de 2009	48
Figura 15: O Globo em 25 de abril de 2010	49
Figura 16: Folha de São Paulo em 30 de junho de 2010	50
Figura 17: O Globo em 29 de junho de 2011	51
Figura 18: Folha de São Paulo em 23 de março de 2011	51
Figura 19: O Globo em 10 de novembro de 2012	52
Figura 20: Folha de São Paulo em 19 de outubro de 2012	53
Figura 21: O Globo em 10 de abril de 2013	54
Figura 22: Folha de São Paulo em 19 de março de 2013	54

Figura 23: O Globo em 15 de junho de 2014	55
Figura 24: Folha de São Paulo em 17 de dezembro de 2014	56
Figura 25: O Globo em 11 de agosto de 2015	57
Figura 26: Folha de São Paulo em 27 de abril de 2015	58
Figura 27: O Globo em 22 de julho de 2016	58
Figura 28: Folha de São Paulo em 27 de setembro de 2016	59
Figura 29: Aparecimento de vocábulos ainda não anteriormente mencionados e cuja utilização teria sido motivada por novas legislações	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico geral de menções acerca de violência contra mulher nas matérias analisadas	60
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modalizadores segundo Castilho e Castilho (1993)	42
Quadro 2: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2006	44
Quadro 3: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2007	45
Quadro 4: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2008	47
Quadro 5: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2009	49
Quadro 6: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2012	53
Quadro 7: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2014	56
Quadro 8: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2016	59

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo tem como principais princípios a imparcialidade e a ética. Relatar o fato noticioso sem pender para um lado específico independente de seu posicionamento social ou político é uma tarefa difícil, porém necessária para que haja menos influência possível em relação ao posicionamento do leitor sobre o fato relatado.

A função do jornalista no cotidiano é imprescindível por ser este um “agente de notícias”, o responsável por informar seu público, inserir ou remover assuntos em conversas diárias dos mesmos e evidenciar, ou não, os acontecimentos da vida em sociedade. Entretanto, quais são os conceitos básicos para a seleção das notícias que irão ou não a conhecimento do público? Os estudos de produção de notícias, o newsmaking, se dedicam a reconhecer quais caminhos e regras foram utilizadas para organizar determinado evento.

O jornalista ao realizar a escolha de palavras ao escrever a matéria e sua angulação, se vê em duas situações: em um momento é importantíssimo por pautar os assuntos discutidos em sociedade, em outro deve se manter imparcial e buscar não influenciar o leitor com seu texto. O profissional conta uma história diariamente em que não deve inserir comentários próprios.

Apesar de os jornais um dos primeiros veículos informativos existentes no mundo, estes veículos de comunicação estão longe de se tornarem mídias obsoletas no mercado, e se mantêm indiretamente influenciadores de opiniões, sejam por linhas editoriais, posicionamentos, etc. por este motivo, acredita-se que o jornalismo é capaz de inibir ou influenciar a discussão a respeito de determinados assuntos sociais importantes.

Este estudo visa analisar como esses textos jornalísticos são construídos e como os mesmos podem contribuir, ou não, para a reflexão em sociedade sobre assuntos específicos: a violência contra a mulher e o feminicídio, ambos os problemas com leis bem específicas, que amparam mulheres vítimas desses crimes, sendo elas: A Lei Maria da Penha, sancionada no ano de 2006 pelo então presidente Lula, e a Lei do Feminicídio, identificada como categoria qualificadora dos crimes de homicídio.

O feminicídio tem como definição segundo a lei nº 13.104/2015: “O assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (CP, art. 121, § 2º, inciso VI). A lei do feminicídio veio para trazer penas mais rígidas a quem comete esse tipo de crime, sendo assim, caminha lado a lado com a Lei de número 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de assassinato - tendo se tornado paraplégica em uma dessas - pelo seu companheiro, o professor Marco Antonio Viveros. Esta lei surgiu numa tentativa de amparar e proteger mulheres que sofrem violências e agressões dos mais variados tipos, tendo como definição em seu texto: “[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...]” (CP, art. 226, § 8º, inciso V).

Apesar da criação dessas duas leis, nota-se um crescimento nos crimes contra a mulher levando a crer que este problema social segue longe de ser erradicado. Entretanto, para que haja uma mudança no comportamento da sociedade, vê-se necessária uma reflexão profunda do assunto e de todos os problemas que o cerceiam, e para que esta ocorra, é preciso elucidar a sociedade a respeito da gravidade desses crimes, colocando em pauta a realidade desses e o esclarecimento das leis e o que elas representam.

O jornalismo como principal fonte de informação, possui não somente o poder de informar, como também de gerar uma população esclarecida a respeito da vida em sociedade. Entretanto, acredita-se que haja a possibilidade de existir uma produção jornalística tendenciosa ao se tratar de assuntos relevantes socialmente, também se considerada a hipótese de que haja uma falta de compreensão dos jornalistas sobre a importância e necessidade de levantar questões a respeito do feminicídio.

Através desta pesquisa, pretende-se averiguar como a construção de um texto jornalístico pode ou não influenciar a reflexão a respeito dos crimes contra a mulher num período de dez anos, iniciando-se nos primeiros meses de 2006 e sendo concluída nos meses finais do ano de 2016 - período ao qual compete a

criação das duas leis supracitadas, estas que tem como objetivo proteger as mulheres brasileiras e julgar de forma justa seus agressores.

Serão buscados e apresentados através de tabelas termos e construções linguísticas tendenciosas usando os estudos de enquadramento de Entman (1993) e o uso de modalizadores, segundo Castilho e Castilho (1993). Nesta, também serão buscados e expostos em linha do tempo novos termos que possam ter surgido nos textos jornalístico, a partir das alterações no Código Penal Brasileiro. Ainda serão apresentadas em forma de gráficos, palavras que se repetem nos materiais analisados, a fim de buscar um padrão na forma como essas notícias são contadas.

Tendo como objetos de análise os jornais “O Globo” e “Folha de São Paulo”, o segundo e terceiro jornais impressos de maior tiragem no país respectivamente (ANJ, 2015), buscar-se-á analisar a diferença dos textos construídos em notícias sobre o feminicídio e outras violências contra a mulher nos dois veículos, em uma década de publicação digital. Período que compreende os meses iniciais do ano de 2006, anteriores a Lei Maria da Penha entrar em vigor (22 de setembro de 2006) até os meses finais do ano de 2016, um ano após a Lei do Feminicídio (09 de março de 2015).

2 JORNALISMO, UM BREVE HISTÓRICO: A ESSÊNCIA JORNALÍSTICA

Embora no Brasil seja regulamentada pelo Decreto/Lei nº 972 (1969), a profissão do jornalista vem desde antes de sua oficialização amparada pela responsabilidade de informar às sociedades sobre eventos acerca do mundo. Desde seus primórdios, nasce com proposições muitas vezes parciais, mas, sobretudo, emergentes nos mais variados cenários em que se colocou.

[...] numa análise mais aprofundada [...], a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, nem pelos jornalistas ou pelas técnicas que estes empregam. [...] os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por algo mais básico – a função que as notícias desempenham na vida das pessoas. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 15)

Potencialmente a partir de sua oficialização enquanto profissão regulamentada, aqui e na maioria dos países, cria-se a consciência da responsabilidade de informar que o jornalista carrega. Virou, se não um consenso, uma espécie de mandamento, que o profissional deva manter-se verdadeiro ao evento ocorrido, transcrevendo o fato de forma fiel, servindo apenas como interlocutor da informação e mantendo, assim, sua objetividade.

Ao longo dos últimos séculos e com os avanços da profissão, criou-se um código tácito, de princípios e valores, destinado a reger a função dos jornalistas. Ainda que não estivessem escritos, estas condutas determinavam como norte a seguir o cuidado ao informar, ou seja, transmitir conhecimento acerca de eventos para que pessoas pudessem tirar suas próprias conclusões a respeito dos acontecimentos do mundo. Dentre todos esses “mandamentos”, destaca-se o que diz que: “a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 36). Logo, muito antes de ligado a lógicas mercadológicas, o jornalista precisa ater-se ao seu compromisso de informar de maneira profissional e verdadeira a população que busca se atualizar das notícias acerca do mundo através dos veículos de informação.

O jornalismo inglês cunhou a expressão “o comentário é livre, mas os fatos são sagrados”. Isso significa atribuir à informação (relato das ocorrências) um caráter de neutralidade e de imparcialidade. Se os “fatos são sagrados”, o jornalista não deve interferir na sua apresentação por meio da imprensa, cabendo-lhe o dever de reproduzi-los com fidedignidade, exatidão e precisão. Em outras palavras: suas inclinações pessoais não podem afetar a captação dos fatos e sua posterior narração. (MELO, 2006, p. 38)

A principal defesa para que seja a verdade a principal bandeira jornalística está no fato de que a informação mal colocada, ou vagamente apurada pode trazer consequências muitas vezes devastadoras aos cidadãos, nos mais variados aspectos, tamanha a força da palavra.

Ao se convalidar o compromisso com a verdade como busca incessante do jornalista, e posto o poder que a comunicação possui, algo que comprova esta situação e que nos serve de exemplo é um clássico programa radiofônico, apresentado como um dos casos mais emblemáticos do jornalismo. Trata-se da transmissão de uma “invasão alienígena” narrada por Orson Welles no dia 30 de outubro de 1938.

O conteúdo, texto narrado às vésperas do Dia das Bruxas por um programa radiofônico exibido pelo canal CBS (Columbia Broadcasting System), provinha do início de uma peça de radioteatro do livro “A Guerra dos Mundos”, do escritor inglês Herbert George Wells. Entretanto, sua exibição em “edição extraordinária” ajudou o canal CBS não somente a bater recordes de audiência, como também gerou comoção entre os habitantes da Costa Leste Americana, marcando assim a eficácia do rádio e o poder da comunicação.

Muito embora tenha havido pânico entre os ouvintes da rádio naquele momento, que acreditaram na invasão alienígena e diversos teóricos terem caracterizado os receptores como passivos e os emissores, seres que se organizam em blocos monolíticos e são intocáveis, é fato que o processo de comunicação não pode ser mais visto como muitos dos seguidores da Escola de Frankfurt apresentavam, pois estes receptores não recebem mais as mensagens de forma absoluta, ou seja, estes indivíduos com bagagem históricas, vivências sociais entre outros preceitos tratarão, à sua maneira, esta informação.

Não se diz aqui que não haverá interferência sobre o que a mídia transmite aos seus receptores. No entanto, é preciso ponderar e levar em conta outras questões, sobretudo o comportamento que tais mensagens irão gerar. Desta forma ratifica-se o poder da mídia e assim a importância, em potencial do jornalista, ao tratar com os fatos, mas é preciso considerar também que não cabe somente a ele, ou a mídia, condicionar os comportamentos e recepções que esta mensagem irá

causar. Sobre esta consideração, a seguir se destaca um modelo de comunicação que traz algumas considerações nas quais esta pesquisa se debruçará.

O Modelo de Lasswell, criado pelo cientista político Harold Lasswell, apontava cinco questões cruciais para a compreensão correta da mensagem midiática: “Quem? Diz o quê? Através de que canal? A quem? Com que efeito?”. Apropriando-se nesta pesquisa, sobretudo da última indagação desta teoria, pretende-se neste projeto considerar como a mensagem midiática pode ser conduzida a produzir efeitos sobre seus receptores. Será observado potencialmente como a mensagem é construída e com quais elementos é formada.

O modelo de Laswell serviu como base para muitos outros estudos que, logo após estruturar a fórmula, especifica as funções da comunicação em sociedade: a) Articulação das partes como um todo; b) Vigilância sobre o meio; e a terceira e última delas c) Transmissão de herança social.

A terceira função da comunicação na sociedade apresenta uma mudança de nível. Os meios de comunicação seriam responsáveis por garantir a continuidade do sistema a partir da transmissão dos conhecimentos e valores de uma geração para as seguintes. A ideia de “herança social” está ligada à transmissão dos significados culturais, das práticas e concepções de mundo entre as gerações. (MARTINO, 2010, p. 25)

Baseando-se na teoria apresentada acima, pode-se crer que o receptor da notícia não deixa de ser influenciado pela mídia. No entanto, não se faz plenamente passivo, aceitando as mensagens enviadas pelos emissores como verdade absoluta. Afinal de contas, uma série de fatores, dentre eles sua “bagagem histórica” (herança social – Laswell), suas vivências, o nicho no qual se está inserido e as instituições em que o indivíduo tem em seu histórico de vida podem ser influenciadores na formação de opinião diante de determinado evento retratado nas mídias. Sendo assim, por se encontrarem em ambientes muitas vezes variados, o receptor pode compreender a mensagem de forma conveniente para si próprio, tornando seu entendimento uma verdade absoluta.

Frente a diversas outras formas de mediação, como a família, a escola, a igreja e os amigos, é necessário compreender a imprensa como uma forma de mediação entre a população e os acontecimentos de importância variável. A mensagem pode ser absorvida de formas infinitamente diferentes entre si, variando

de acordo com cada receptor e as circunstâncias no qual está inserido, se ele está em casa, no bar, dando muita ou pouca atenção ao conteúdo que lhe é fornecido.

Ao se considerar a força da mídia e ao mesmo tempo o papel do jornalista frente à verdade é preciso observar ainda que este profissional não está alheio ao convívio em sociedade, sendo também cidadão e participante ativo da comunidade.

2.1 O papel duplo do jornalista: Agente de notícias e membro da sociedade

O jornalista, antes de ser considerado um agente de notícias que tem como responsabilidade principal contar uma história, deve ser visto como membro da sociedade, um cidadão que paga impostos, frequenta lugares, grupos sociais e instituições que fazem dele, antes de um participante ativo na função de informar, um receptor destas informações. Dotado de emoções, sentimentos, bagagem histórica, subjetividade que em via de regra fazem-no sempre construir um ponto de vista. Dado este fato e tendo em vista o fazer jornalístico, Rossi (2000) afirma que:

A objetividade é impossível, pois entre o fato e a versão [...] há a mediação de um jornalista que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal, eventualmente opiniões firmes a respeito do que está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro, com formação, background e opiniões diversas. (ROSSI, 2000, p. 7-13)

Sendo assim, a imparcialidade que se é solicitada, de forma tácita aos jornalistas, é praticamente impossível de ser mantida. Exigir imparcialidade, ao revisitar Rossi (2000), é requerer remoção da subjetividade, condição inerente ao ser humano, a fim de que se faça com esta “suposta solicitação” um texto noticioso.

O Art. 6º do Código de Ética jornalista trata sobre os deveres do jornalista, e tem em seus apêndices importantes orientações que amparam o jornalista a respeito da construção, apuração e fazer profissional.

Art. 6º É dever do jornalista: I – opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; II – divulgar os fatos e as informações de interesse público; III – lutar pela liberdade pensamento e de expressão; IV – defender o livre exercício da profissão; V – valorizar, honrar e dignificar a

profissão; [...] X – defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; XI – defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; [...] XIV – combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. (CÓDIGO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2007)

Ao ser solicitada a objetividade e imparcialidade, é de se esperar que o profissional redija um fato noticioso em que suas opiniões e conclusões não se encontrem explícitas no texto, de maneira que a forma de compreensão do espectador/ receptor da mensagem não parta de uma linha de pensamento manipulada pelo repórter, deixando-o assim livre para suas próprias conclusões e ao mesmo tempo tem-se o compromisso do jornalismo com a verdade, que se faz presente no artigo 4º do Código de Ética dos Jornalistas, que faz do profissional responsável por retratar o evento noticioso sendo fiel à realidade do fato noticiado.

Entretanto, os jornalistas têm uma obrigação para com a sua consciência pessoal:

Todos os jornalistas – da redação à direção – devem ter um sentido pessoal de ética e de responsabilidade de exprimir em voz alta sua consciência pessoal e de permitir que as pessoas que os rodeiam façam o mesmo. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 189)

As “regras” e a ética do fazer jornalístico, sejam elas escritas ou não, entram em dilema em algumas partes por ser solicitado ao jornalista total compromisso com a verdade e imparcialidade, tendo o profissional, em teoria, a responsabilidade de apenas informar e não influenciar as tomadas de decisão do leitor. Entretanto, como citado nesse capítulo, os estudos sobre a subjetividade presente no ser humano, parecem não se aplicar ao profissional do jornalismo, que antes de agente de notícias é membro da sociedade, ainda que seja ele o responsável pela seleção das pautas que serão escritas e levadas ao conhecimento geral.

Para a construção de determinada notícia são utilizadas diversas técnicas, a chamada “ilusão totalizante” envolve a construção de uma realidade através de mecanismos que raramente chamam a atenção dos leitores, tais como a tipologia do texto, o tamanho desta, enquadramento da fotografia, entre outros recursos

chamados elementos paralinguísticos, que acrescentados ao texto, orientam enfoques e leituras muito específicas da realidade.

De acordo com o grau de credibilidade, estas leituras podem resultar em certa ilusão de objetividade. Ao escolher determinadas expressões, acredita-se que o discurso jornalístico oculta elementos claramente ideológicos, como por exemplo, ao distinguir entre “atos de resistência” e “atentados”, o profissional toma partido, ainda que o leitor nem sempre perceba como ocorre esse processo.

O jornalismo, além de cumprir o papel de informar, tem grande responsabilidade de gerar o debate e a reflexão de assuntos importantes para a evolução da sociedade como um todo, notícias sobre política, religião, gênero, etnias e até mesmo assuntos internacionais são importantes para a construção da sociedade. Seria, portanto, responsabilidade do jornalista decidir através dos processos de gatekeeping, newsmaking e Teorias do Agendamento, quais processos adotar para a seleção das informações que chegam às pessoas todos os dias. Essas teorias se fazem importantes para a seleção do que chega ou não ao leitor, e para a construção dos textos noticiosos.

Gatekeeping é o processo de seleção e elaboração de inúmeros bits de informações para o número limitado de mensagens que chegam às pessoas todos os dias e é o centro do papel da mídia na vida pública moderna. As pessoas confiam em mediadores para transformar informações sobre bilhões de eventos em um subconjunto gerenciável de mensagens de mídia. Em face a isso, estreitar tantas mensagens potenciais para tão poucas parece ser impossível, mas há um processo longo e estabelecido que faz acontecer no dia-a-dia. Esse processo determina não apenas qual informação é selecionada, mas também qual será o conteúdo e a natureza das mensagens [...] (SHOEMAKER, 2009, p. 11)

O Newsmaking, segundo Hohlfeldt (2001) é um estudo ligado à sociologia das profissões, dando ênfase ao âmbito jornalístico por este produzir informações, estuda também o profissional e suas interpretações da notícia, sendo essa sua capacidade de participar do acontecimento em diferentes etapas, desde a captação das informações até a forma como essa chegará ao receptor.

Tais teorias auxiliam na compreensão de como é estabelecido o conteúdo que irá estampar os jornais, o que se tornará relevante para o conhecimento do

público, gerando possivelmente um debate e através dele, uma provável mudança no âmbito social.

Considerar que o jornalista deva apresentar os fatos sobre o prisma da verdade não o faz isento de parcialidade. Afinal ainda que utilize critérios muito rígidos de noticiabilidade, as escolhas propostas e esclarecidas pelas teorias de gatekeeping, newsmaking serão sempre objeto de análises subjetivas, ainda que recheadas de justificativas e supostamente intencionais. Ainda que se justifique as escolhas feitas por este ou aquele assunto, esta ou aquela angulação todo o conteúdo midiático está comprometido a gerar discussão a ocasionar agendamento.

2.2 O jornalismo e sua importância na formação reflexiva da sociedade

O jornalismo deve manter-se leal, acima de tudo, aos cidadãos. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004). O compromisso principal do jornalista, antes de com o veículo para o qual trabalha, é com a sociedade. Por ser este o responsável por colocar em evidência, gerar reflexão, ou apontar falhas através de seus textos, em todos os âmbitos sociais, sejam eles políticos, culturais, pautas sociais este profissional se posiciona (ainda que negue) e leva conteúdos ao público¹.

Um compromisso com os cidadãos é mais do que egoísmo profissional. É o pacto implícito com o público, que diz aos leitores que as críticas de cinema são honestas, que as críticas dos restaurantes não são influenciadas por quem compre um anúncio, que a cobertura dos fatos não defende interesses próprios nem de amigos. A noção de que aqueles que relatam as notícias não são impedidos de investigar e de dizer a verdade – mesmo que isso prejudique outros interesses financeiros dos proprietários das organizações jornalísticas – é um pré-requisito para relatar as notícias não só de forma exata, mas também persuasiva. [...] é a fonte da sua credibilidade [...] (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 53)

Sendo assim, o jornalista possui uma responsabilidade social, o que torna esse profissional de imprensa provável incentivador de mudanças na sociedade em longo prazo. Acredita-se que o jornalista tem a missão de informar o que vem acontecendo ao redor do mundo sem descompromissar-se com a credibilidade e verdade.

¹ Teoria de agendamento (Agenda Setting) – formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 70, propõe a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística.

Muitos ainda defendem que a mídia é sim fortemente influenciadora de mentes, principalmente das parcelas menos estudadas da sociedade, que têm os veículos de comunicação, em potencial a televisão, como sua única fonte de informação. Sendo assim, a responsabilidade do jornalista com a sociedade é algo importante a se considerar para a construção deste trabalho.

Sabe-se que muitos são os empecilhos que o jornalista deve enfrentar para manter-se fiel à sociedade. Destaca-se o fato de que o fazer tornou-se muito mais mercadológico que social e a busca por lucros e benefícios a curto prazo restringem a qualidade dos veículos de comunicação e os processos de concentração e incorporação dos veículos por grandes empresas. O jornalismo passou a ser visto como importância secundária dentro das corporações midiáticas: o importante de fato não é a informação, mas qual a informação. A administração dos jornais se faz marcada pelo conflito entre o autoritarismo centralizado dos grupos que controlam os jornais e a racionalidade de exigir metas e desempenhos profissionais.

Com isso, pode ocorrer o afastamento e a deterioração da relação entre veículo e leitor, quando os interesses de ambos se distanciam. A revista *Veja* auxiliou a projeção do então governador do estado do Alagoas e candidato a presidência do Brasil, Fernando Collor de Mello, apresentando o mesmo como um “caçador de marajás” e político mais aceitável para governar o país. Entretanto pagou o preço do posicionamento favorável ao político quando denúncias de corrupção o levaram à queda da presidência.

A submissão da imprensa à lógica de mercado alterou as pautas jornalísticas, colocando de lado notícias de importância social tais como política e economia e dando espaço para coberturas mais vendáveis, conhecidas como *Soft News*, um misto de propaganda publicitária com texto jornalístico. Se antes o dilema jornalístico era o que dizer e como dizer, esta escolha compete cada vez menos ao profissional. No entanto, os jornalistas continuam sendo cobrados acerca de seu fazer.

A informação se tornou de verdade e antes de tudo uma mercadoria. Não possui valor específico ligado, por exemplo, à verdade ou à eficácia cívica. Enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis de mercado: da oferta e da demanda em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas sim, serem as suas. (RAMONET, 2001, p. 60)

Portanto, a angulação do conteúdo jornalístico passa a ser decidida pelo mercado que, se baseando nas lógicas capitalistas, evidenciam ou não, determinados assuntos, tirando do jornalista o seu papel social e atribuindo ao mesmo tempo apenas a função de informante de assuntos que são capazes de gerar lucro para os donos dos veículos.

O problema é que, se o vencimento de um jornalista depender do desempenho financeiro da empresa onde trabalha, na prática, a fidelidade do profissional acaba por sofrer redirecionamento. A empresa está explicitamente a dizer que uma boa parte da sua lealdade deve ser agora para com sua empresa-mãe e os seus acionistas – acima dos leitores, ouvintes ou espectadores. E se um anunciante declarar abertamente que contribuirá com mais dinheiro se a cobertura de um assunto começar a ser menos intensa ou se um certo repórter for despedido ou deslocado? Haverá algum anunciante que exija maior cobertura para um caso de corrupção empresarial ou de fixação ilegal de preços? Como se relatam as notícias sem receios nem parcialidade, quando o diretor foi incumbido de garantir lucros trimestre após trimestre, como um de seus principais objetivos? [...] (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 62)

Nessa transição do jornalismo social para o jornalismo de mercado, a impessoalidade do jornalista para com seu leitor também é influenciada. Por agora, o espectador e leitor passa a ser tratado como cliente ao invés de cidadão e o jornalismo deixa de ser um objeto de conhecimento e peça importante de informação e reflexão para se tornar um produto em busca de capital.

Quando a responsabilidade financeira entrou na redação, trouxe consigo a linguagem comercial. Em muitas empresas, foi necessário transpor a linguagem do marketing de consumo para as notícias, transformando os leitores e os espectadores em “clientes”, a compreensão dos mesmos em “marketing” e as notícias em “serviço ao cliente”. [...] (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 63)

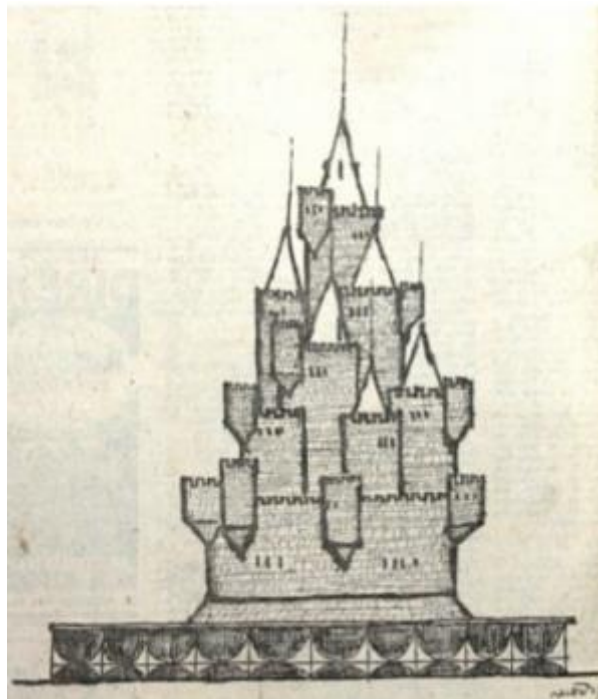
Não é de hoje que os veículos jornalísticos passam por decisões cruciais entre a moral e capital. No período da ditadura militar os veículos de comunicação passaram por duras repressões que ditavam o que deveria ou não estar presente nas páginas dos jornais, tal como a instituição do Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia do que poderia ou não ser publicado. As censuras eram feitas de duas maneiras: uma equipe de censuradores se instalava nas redações dos jornais, ou os veículos tinham como obrigação realizar previamente o envio do que se pretendia publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília. Muito além de repressões físicas, o

governo também realizava pressões econômicas, ameaçando remover a verba dos veículos contrários ao regime.

De início, é importante considerar os dilemas da grande imprensa diante do regime autoritário, cindida entre a devoção à liberdade e o amor à ordem, oscilante entre o desejo de autonomia e a dependência e os favores do Estado. Por convicção e por interesse, as empresas jornalísticas são favoráveis à liberdade de manifestação, notadamente quando as restrições às atingem também. Por isso, quando o regime militar adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente. (MOTTA, 2012, p. 67)

Muito embora alguns veículos não se adaptaram muito bem ao novo regime, alguns outros se tornaram bastante simpáticos com a ditadura instalada no país. Um exemplo disso é o Jornal do Brasil, que mesmo temperando seu discurso de apoio com pedidos de moderação e respeito às leis, era favorável ao regime. Entretanto, um de seus funcionários, o chargista Claudius tinha uma opinião diferente relacionada à repressão, mostrando através de seu trabalho desconforto com o novo período em que o Brasil vivia. Seguem a seguir algumas das charges criadas por Claudius na época.

Figura 1: Charge de Claudius



Fonte: Jornal do Brasil/16 abril 1964.

Podemos notar na parte inferior da figura, um desenho que nos remete ao Palácio do Planalto, local de trabalho e aonde se localiza o gabinete presidencial, onde diversas outras instâncias tais como o Poder Executivo Federal, com o desenho de um castelo em cima. O castelo é uma alusão ao presidente Castelo Branco, governante e um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, o chargista através deste desenho faz crítica ao poder do presidente se encontrar acima “da casa do povo”. As charges de Claudius utilizava-se de conotação irônica para poder expor os problemas advindos da gestão militar no governo, tal como a charge a seguir, que faz crítica a forma como os opositores ao regime eram vistos pelos demais.

Figura 2: Charge de Claudius



Fonte: Jornal do Brasil/ 7 abril 1964.

Nesta charge vemos dois estudantes no período ditatorial planejando jocosamente denunciar sua professora de matemática como comunista, ilustrando como os ideológicos contrários ao regime poderiam sofrer sérias repressões. As publicações de Claudius passaram a ser cada vez menos presentes no jornal, até que no ano de 1966, o chargista deixou de integrar a equipe do Jornal do Brasil como afirma Motta (2013).

Nota-se através deste capítulo que o jornalismo possui um papel importante ao pontuar e denunciar, mesmo que de forma sutil ou mais abrangente, casos relevantes para a construção da sociedade brasileira como um todo. Entretanto, os receptores dessas notícias não as absorvem de forma completamente passiva,

devido a sua bagagem social e histórica. O jornalista, antes de um agente de notícias, aqui se torna também membro dessa sociedade que ele próprio tenta informar e auxiliar a moldar diariamente. Com isso, esse profissional se faz necessário em um contexto social ao denunciar e pontuar crimes que atentam contra a população como um todo, incluindo as mulheres.

O capítulo seguinte dará conta de tratar a forma como as mulheres, sua construção social e a luta por direitos vem se transformando e se modificando na sociedade e nas mídias com o passar dos anos. Este capítulo também tratará de elucidar o leitor a respeito das leis Maria da Penha e Femicídio, essas que amparam as mulheres contra crimes bárbaros que ocorrem contra mulheres diariamente.

3 A CONSTRUÇÃO DO FEMINICÍDIO E A POSIÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA BRASILEIRA

O capítulo anterior tratou de elucidar a respeito da construção teórica da informação, da absorção da notícia pelo leitor, além de mostrar o papel do jornalismo e dos agentes de notícias na sociedade. O capítulo a seguir falará a respeito da construção social da mulher e seu papel enquanto membro da sociedade, também buscará tratar a forma como esta mulher é retratada no jornalismo enquanto notícia.

No Brasil, a violência de gênero contra a mulher é combatida por meio de duas leis, a lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015), no entanto, antes de tratar as especificidades dessas duas legislações, se faz necessário compreender e problematizar as, ainda naturalizadas, opressões de gênero e relações culturais.

De acordo com Grossi (1998), os estudos de gênero ganharam força contra os regimes de autoridade, estabelecidos especialmente na América Latina, em 1960. Mulheres que, mesmo presentes nas reivindicações, puderam notar que "apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nesses movimentos um papel secundário" (GROSSI, 1998, p. 2) sendo, portanto, reflexo de uma sociedade que deixava bem claro suas hierarquias, tais como as de gênero, de orientação sexual e de raça.

Nesta pesquisa, ao se tomar como foco a hierarquia de gênero, vê-se que na década de 1960 a sexualidade da mulher foi alvo de revoluções. É desta data, por exemplo, o surgimento da pílula anticoncepcional, alvo de duras críticas por "atentar contra os valores da virgindade e do casamento e apresentar às mulheres a liberdade sexual".

Por muito tempo, e ainda nos dias atuais, mulheres são diferenciadas de homens com explicações que se apropriam de discursos fundados na "ordem natural". Defensores da sobreposição do gênero superior buscam estabelecer relação entre força, sabedoria e habilidade às características genotípicas e, calcando-se no fato de que isso seria comprovado pela Biologia: uma ciência, que

traria uma suposta exatidão incontestável². No entanto, Grossi (*idem*) problematiza a questão trazendo a análise de que, mesmo se a condição física pudesse ser patamar a ser utilizado para escalar, para melhor ou pior um indivíduo, não é a ciência, seja ela de qualquer natureza totalizante, pois nem seus temas se esgotam neles próprios, tornando assim a ciência uma fonte inesgotável de pesquisa. Prova são as inúmeras reavaliações que foram feitas ao longo dos séculos, sobre o que é considerado conhecimento científico. Segue a análise da autora supracitada:

A ciência, tal qual a conhecemos, parece dar explicações 'neutras' e 'objetivas' para as relações sociais. No entanto, a ciência que aprendemos desde a escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, os quais refletem apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais. (*ibidem*, 1998, p. 4)

Ao longo dos anos, surgiram vários estudos tentando explicar como se deram as desigualdades entre homens e mulheres na história social. Para Louro (2008, p. 17), "Fazer-se mulher dependia de marcas, de gestos, de comportamentos [...] que lhes eram ensinados e reiterados cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura".

Um dos exemplos que ilustram, mesmo que de forma fictícia, essa subalternação do feminino em detrimento ao masculino, é o clássico livro do escritor Jorge Amado intitulado "Gabriela Cravo e Canela", lançado no ano de 1958, com sua trama ambientada na cidade de Ilhéus, no interior da Bahia, no ano de 1920. A história se inicia com a cidade em ebulição com a notícia de que o fazendeiro Jesuíno Mendonça não aceitou uma traição de sua esposa, assassinando a tiros a companheira e o cirurgião dentista recém-chegado à cidade, mostrando que os maridos possuíam autoridade sob a vida de suas esposas, e não deveriam aceitar que estas manchassem suas honras.

A obra citada acima ganhou no ano de 2012 sua segunda adaptação em forma de telenovela exibida pela TV Globo e retratou não somente a cena ilustrada acima, como diversas outras que mostraram o papel da mulher brasileira na sociedade da década de 1920. A seguir, na Figura 3, cena da adaptação do

² Cientificismo: Cientificismo ou cientismo é a tendência intelectual ou concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade.

romance de Jorge Amado, retratada pelos atores José Wilker (Jesuíno Mendonça), Maitê Proença (Sinhazinha Mendonça) e Erick Marmo (Osmundo Pimentel).

Figura 3: Jesuíno Mendonça descobre traição de Sinhazinha



Fonte: www.Globo.com (2012)³

Por muitos anos mais as mulheres seguiram silenciosas em seus papéis de esposas-mães-funcionárias do lar e inferiores a seus maridos, entretanto algumas dessas mulheres contrárias ao sistema que lhes era imposto decidiram abranger campos exclusivos aos homens, tais quais a ciência, a pesquisa e a escrita. Muito embora essas mulheres estivessem quebrando padrões impostos socialmente, estas possuíam consciência de que toda sua sabedoria e pesquisa seriam amplamente desvalorizadas por se tratarem de avanços feitos pelo público feminino, estas mulheres passaram a usar pseudônimos masculinos para divulgarem e publicarem seus feitos. Vasconcelos (2018) afirma que durante os séculos XVIII e XIX,

³ Disponível em: <

cristalizou-se o papel da mulher como primordialmente mãe e esposa dentro da família burguesa.

A esposa era a responsável pelo mundo doméstico, da porta da casa para dentro. Muitas delas não tinham sequer acesso à educação formal. E toda mulher que tinha algum tipo de ambição para além disso era um ponto fora da curva. (COSTA, 2018)⁴

Em se tratando da mídia esse ideal quase pedagógico do ensinar o “ideal de mulher”, não foi diferente. Desde os primórdios da Imprensa Brasileira os jornais eram escritos majoritariamente para homens, de classe média com informações acerca de economia, política e assuntos pertinentes na época apenas ao público masculino. Em meados do século XIX são trazidos ao Brasil os folhetins, gênero literário que apareciam nos jornais com tramas criadas para entreter e conquistar o público leitor, mais precisamente, o público feminino.

Neste modelo literário apresentavam-se histórias amenas, focando na condição do ser humano. Em geral, os folhetins nacionais abordavam romances e histórias de amor que iam se desenvolvendo a partir da periodicidade do jornal em questão, sendo posicionados abaixo de todo o conteúdo noticioso do veículo, firmando mais uma vez a posição feminina abaixo do masculino, ao menos no quesito de disposição do conteúdo.

As publicações destinadas exclusivamente a mulheres surgiram no século XIX, mesmo com a população de mulheres em sua grande maioria analfabetas. O Espelho Diamantino, revista “dedicada às senhoras brasileiras” como dizia seu subtítulo, surge no ano de 1827, com editorias que contemplavam a família e o lar, tarefa exclusiva de mulheres na época. No ano de 1913 surge o Jornal das Moças, produzida pela editora Menezes, filho & C. Ltda., e dirigida por seus fundadores Álvaro Menezes e Agostinho Menezes, ainda que se tratasse de uma revista destinada ao público feminino, a grande maioria destas publicações eram escritas por mãos masculinas, pelo fato de as mulheres ainda ocuparem um espaço nulo nas redações desta ou de qualquer outra publicação.

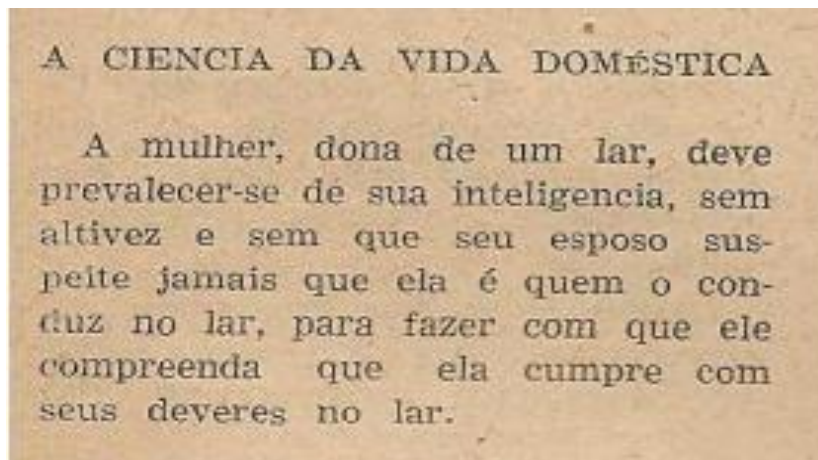
⁴ COSTA, C. (15 de abril de 2018). As escritoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros. Fonte: BBC News. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400>>

O Jornal das Moças trazia semanalmente de forma geral notícias sobre moda, últimas tendências parisienses, dicas de beleza e artes como poesia e pintura, propagandas de variados produtos tais como lingerie, produtos de limpeza utensílios domésticos e receitas gastronômicas, além de servir como ditadora do comportamento social, religioso e familiar que se espera esperado e idealizado para estas mulheres.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como principal e mais importante função da mulher correspondida àquilo que era pregado pela igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (MALUF; MOTT, 1998, p. 374)

A seguir apresentam-se alguns exemplos desta condução midiática:

Figura 4: A ciência da vida doméstica

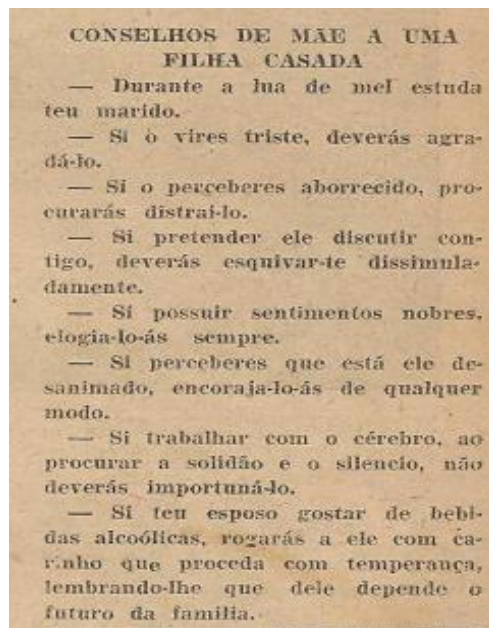


Fonte: O Evangelho das Mães/ Acervo de SOARES, p. 17, edição: 1 de abril de 1943.

Reiterando a posição social de esposa-mãe-chefe do lar na qual a mulher era inserida quase que de forma obrigatória pela sociedade, temos o trecho de um texto retirado do Jornal das Moças, no qual era ensinado a mulheres como deveriam se portar na vida com seus esposos, permitindo que o marido acredite que é ele quem toma as decisões importantes da casa, e sua esposa cumpre seus deveres domésticos.

Enquanto na vida a dois a mulher era guiada a se comportar de forma submissa ao seu esposo, em sua Lua de Mel e em outros âmbitos da vida a dois não seria o contrário, sendo essa uma cultura passada de geração para geração, como mostra o trecho a seguir, retirado do *Jornal das Moças*.

Figura 5: Conselhos de mãe a uma filha casada



Fonte: *O Evangelho das Mães/ Acervo de SOARES*, p. 17, edição: 1 de abril de 1943.

O *jornal das moças*, através de publicações tais como as ilustradas anteriormente, buscava afirmar o compromisso de suas leitoras com a família e o lar, entretanto, estas publicações eram destinadas às mulheres letradas, e de classe social média/ alta, que possuíam condições de arcar não somente com a compra do periódico, como também com as diversas propagandas e frivolidades⁵ existentes na revista, como afirma Santos (2008):

[...] o título dado ao periódico é um ponto a ser destacado: *Jornal das Moças* - A revista de maior penetração no lar. Em certa medida, acredito que o título traz indícios do conteúdo disposto em seu interior. Tratava-se de uma publicação voltada para mulheres de classe média, com certa condição financeira para adquiri-la semanalmente e para consumir os inúmeros produtos ofertados nas páginas. Devemos pensar ainda que as mulheres das camadas menos favorecidas nem sempre eram letradas, fato as excluía do universo das revistas (SANTOS, 2008 p. 2)

⁵ No sentido de um passatempo com informações superficiais e curiosidades.

Os acontecimentos que envolviam o assassinato de mulheres na época, nem sequer se tornavam notícias pelo fato de a mulher ser vista como propriedade de seus maridos, a quem a mesma devia respeitar e honrar, caso contrário os atentados cometidos contra essas mulheres não eram vistos como crimes de gênero, mas sim uma forma de silenciar uma mulher desonrosa que não cumpriu e respeitou a santidade do matrimônio.

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las com sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. (MALUF; MOTT, 1998, p. 373)

A partir da década de 1960, os estudos de gênero e a militância feminista atenuaram-se no campo das ciências, onde, até então, a luta feminina era marcada pelas reivindicações sociais tendo seu auge no sufragismo, movimento em que as mulheres da Inglaterra e Estados Unidos também pudessem votar, na década de 1920, movimento esse que se estendeu por vários países ocidentais. Entretanto, Louro (2014) destaca que este movimento foi ligado quase que majoritariamente às mulheres brancas e de classe média, abarcando apenas os campos políticos e sociais.

É bem verdade que isto exige uma releitura dos direitos humanos. Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Por haver escrito a versão feminina dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã), Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792. Como o homem sempre foi tomado como o protótipo de humanidade (FACIO, 1991), bastaria mencionar os direitos daquele para contemplar esta. Rigorosamente, é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos como também femininos. Tudo, ou quase tudo, ainda é feito sob medida para o homem. (SAFFIOTI, 2004, p. 76)

Em um parâmetro internacional, a garantia universal dos direitos humanos serve como base que deu notoriedade à luta pelo fim da violência de gênero. No ano de 1975 realizou-se a Primeira Conferência Mundial da Mulher, que resultou no ano de 1979, na aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW -

Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women), também conhecida como Lei Internacional dos Direitos da Mulher. O Brasil assinou a lista no ano de 1981, antes disso, grupos feministas nacionais instituíram o Dia Nacional de Luta contra a Violência contra a Mulher, que se é comemorado no dia 10 de outubro, e ainda nos dias atuais possui bastante visibilidade, envolvendo manifestações em todo o país.

Em se tratando do movimento feminista no Brasil, Grossi (1994, p. 474) afirma que no ano de 1979 as mulheres foram às ruas para denunciar a violência de gênero. Neste dado momento ocorria no país o julgamento de assassinato da milionária Angela Diniz, morta por seu companheiro Doca Street, que disparou três tiros no rosto e um na nuca da socialite. O caso foi amplamente divulgado pela mídia, esta que acusou Ângela de “atentar contra os bons costumes”, ilustrando o histórico de culpabilização da vítima que sofre esse tipo de violência. Em um primeiro julgamento, Doca foi condenado a cumprir dois anos de prisão em regime aberto. Entretanto, no ano de 1981, com a força das manifestações populares, e o pedido de revisão do caso pelo promotor de justiça, Doca foi condenado a 15 anos de prisão em regime fechado.

Este caso deu notoriedade a outros casos de feminicídio devido à ação conjunta de mulheres protestantes em grandes capitais brasileiras. No ano de 1979, feministas da cidade do Rio de Janeiro criaram a Comissão Violência Contra a Mulher (GROSSI, 1994, p. 474), logo após foram implantados, através de trabalhos voluntários, o SOS Mulher, espaço que presta assistência a mulheres vítimas de violência.

No ano de 1985, começaram a ser criadas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), ampliando assim o debate, em especial o relacionado à violência doméstica. Grossi (1994, p. 475) afirma que o principal trabalho dessas instituições “tem sido o de uma ‘escuta’ dos problemas afetivo-conjugais, cumprindo um papel talvez similar ao dos espaços psicanalíticos para as mulheres de classe média”. Entretanto, segundo Safiotti (2011, p. 89) apenas no ano de 1998 surge uma preocupação por parte do poder público em preparar os funcionários das DEAMs, afim de que haja uma maior compreensão a respeito das relações de gênero e suas violências.

Eis que no ano de 2006, é sancionada⁶ no Congresso a Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem a farmacêutica Maria da Penha M. Fernandes que, casada com o professor Marcos Antônio, lutou por vinte anos para que a justiça fosse feita e seu agressor fosse preso. Agredida pela primeira vez no ano de 1983, Penha se tornou paraplégica após levar um tiro de espingarda, tiro esse disparado por seu companheiro. Recuperada, retorna ao seu lar e sofre uma nova tentativa de assassinato, desta vez, seu marido a empurra da cadeira de rodas e tenta eletrocutá-la. Após muitas anulações e recorrências no caso, só no ano de 2002 viu seu agressor sendo preso, entretanto, Marcos Antônio cumpriu apenas dois anos de prisão.

No ano de 2015, mais precisamente no dia 9 de março, é sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, a lei de número 13.104, também conhecida como a lei do feminicídio, que alterou o Código Penal (art. 121 do Decreto/ Lei nº 2.848/40), incluindo o feminicídio como categoria de homicídio qualificado, entrando assim no rol dos crimes hediondos. O termo filicídio foi desenvolvido pelas teóricas Diana Russel e Jil Radford, feministas que buscavam descrever e denunciar o assassinato de mulheres em detrimento ao seu gênero de forma objetiva.

Carmem Campos (2015, p. 105) afirma que “inicialmente o termo foi concebido como um contraponto à neutralidade do termo homicídio”, enquanto Marcela Legarde (2006) conclui que o termo expõe a condição final da manifestação da violência contra a mulher. A autora ainda destaca que este tipo de violência é exercida por homens em posição de supremacia, seja ela sexual, ideológica, política, social, e econômica em relação às mulheres.

A autora é reconhecida pela criação do termo feminicídio, a fim de evitar que o termo femicídio seja compreendido como feminino de homicídio, pelo fato de seus significados não serem opostos.

Quando traduje el texto de Diana Russell, me tomé la libertad de modificar el concepto, ella lo llama femicide y entonces yo lo traduje desde hace ya varios años como feminicidio, precisamente para que no fuera a confundirse en castellano como femicidio u homicidio femenino; no, yo quería que fuera un concepto claro, distinto, para que entonces viniera junto con todo el

⁶ BRASIL, DECRETO Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>

contenido del concepto, que es, como ya lo expliqué, muy complejo. (LAGARDE, 2006, p. 222)

Em abril de 2016, é lançado um livro-guia destinado a todos os envolvidos nos processos de investigação de crimes de feminicídio, sejam eles policiais, peritos ou juízes, a organização das Diretrizes Nacionais sobre o feminicídio, lançadas pelas na época Presidenta da República, Dilma Rousseff; Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes; e Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci. De acordo com o documento:

As Diretrizes Nacionais visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero como causas dessas mortes. O objetivo é reconhecer que, em contextos e circunstâncias particulares, as desigualdades de poder estruturantes das relações de gênero contribuem para aumentar a vulnerabilidade e o risco que resultam nessas mortes e, a partir disso, aprimorar a resposta do Estado, em conformidade com as obrigações nacionais e internacionais assumidas pelo governo brasileiro. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Diretrizes Nacionais sobre Feminicídios, 2016, p. 16)

Vale ressaltar que os casos de feminicídio não são cometidos apenas no âmbito conjugal, o crime pode ocorrer, de acordo com as diretrizes, não somente violência doméstica e familiar como também violência sexual e exploração sexual de meninas e adolescentes. Estes casos podem ocorrer também em circunstâncias que envolvam o crime organizado, como disputas entre quadrilhas por território.

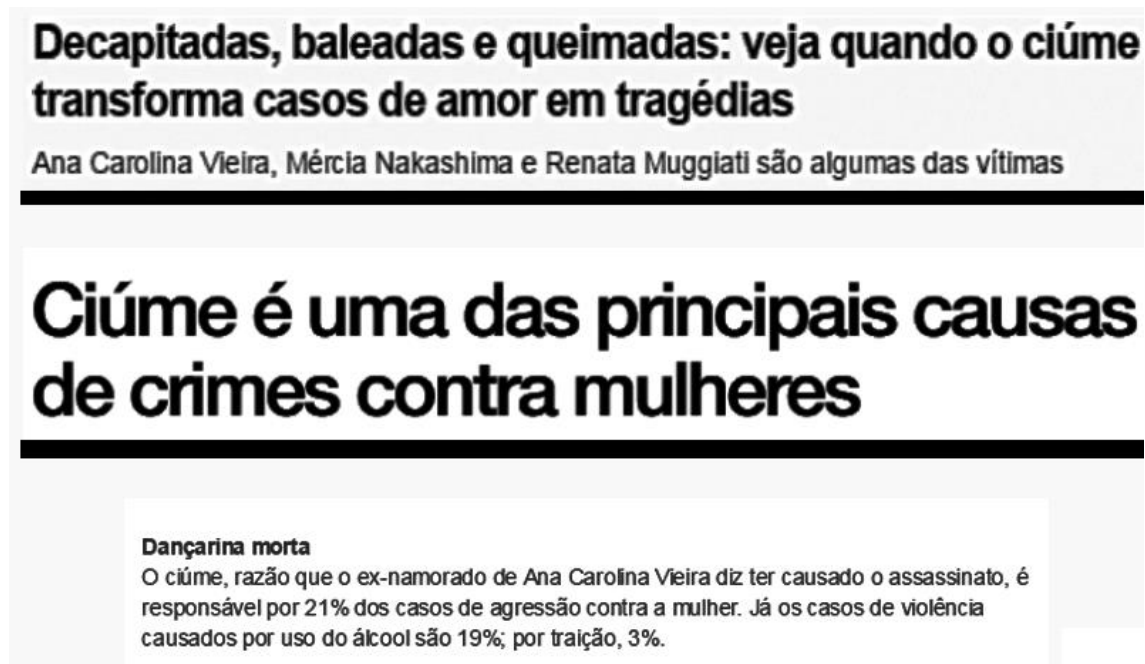
Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, os dados a respeito dos crimes de feminicídio só passaram a constar nos registros do ISP/RJ (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro), a partir do mês de novembro de 2016, apenas um ano e nove meses após a Lei ser sancionada. Na primeira atualização de dados de casos de feminicídio, no mês e ano citados, foram totalizados dez casos de feminicídio e vinte e duas tentativas, enquanto no último dado disponibilizado que compete ao mês de agosto de 2018 foram totalizados apenas cinco casos de feminicídio e vinte e cinco tentativas, informações essas que vão de encontro a dados fornecidos pelo jornal O Globo que afirma em matéria produzida no ano de 2018, os casos de feminicídio aumentaram em 63%.

Falamos de Eloá, Eliza, Mércia, Isabella, Michelle, Sandra, Daniella, Maristela, Ângela e tantas outras mulheres que foram mortas por não aceitarem permanecer em uma relação violenta, por não aceitarem cumprir as regras ou expectativas de seus companheiros ou da sociedade, por serem vistas como objetos sexuais, por terem sido invisíveis ao Estado e ao sistema de justiça que, na maioria dos casos, não foram capazes de ouvi-las e, portanto, de prevenir tais mortes anunciadas. (YAMAMOTO, 2016)⁷

Se a justiça é lenta e incipiente em relação a crimes de violência contra a mulher, a mídia aparenta caminhar lado a lado com igual lentidão, entretanto, não há como negar que a mulher que no século XIX, mulheres estas que quando agredidas sequer aparecia nas páginas dos jornais, vem ganhando visibilidade e os crimes contra essas mulheres vêm sendo noticiados.

Abaixo, seguem alguns casos noticiados relacionados ao assassinato de mulheres:

Figura 6: Manchetes sobre feminicídio



Fonte: Dossiê Patrícia Galvão⁸

⁷ YAMAMOTO, Aline. Feminicídio: uma violência extrema que pode ser evitada. Fonte: Dossiê Patrícia Galvão. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/femicidio/>>

⁸ Feminicídio: uma violência extrema que pode ser evitada. Fonte: Dossiê Patrícia Galvão. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>> Acesso em 14 de agosto de 2018.

Como citado no capítulo anterior, é necessário informar sobre o crime, porém é preciso atentar-se não somente a parâmetros éticos como também a responsabilidade social que se aloca por detrás dessa morte, o contexto da violência ocorrido e o desrespeito à condição da mulher, se encerrando em um crime hediondo.

É preciso entender definitivamente que, quando há violência contra uma mulher nas relações conjugais, não estamos falando de um crime passional. Esta é uma expressão que temos que afastar do nosso vocabulário, porque essa morte não decorre da paixão ou de um conflito de casais. Ela tem uma raiz estrutural e tem a ver com a desigualdade de gênero. (PASINATO, 2016)⁹

Campos (2015) leva em consideração que em uma categoria de análise feminina, o feminicídio pode ser utilizado a fim de visibilizar este tipo de violência contra a mulher, e que o utilizar do termo é, portanto, uma forma de reforçar a ausência de naturalidade e neutralidade do crime, deixando claro que estes estão atravessados por questões de gênero.

Com isso, como aponta Lagarde (2006) diversas instituições podem servir de auxílio para romper este ciclo de violência, incluindo a mídia, que como aponta Fischer (1997), quando pensada enquanto dispositivo pedagógico, pode auxiliar neste rompimento. Ao tratar casos de feminicídio utilizando esta nomenclatura, acredita-se que o jornalismo pode não somente tornar o termo muito mais evidenciado, como também fazer com que mais pessoas tomem conhecimento do significado da expressão, além de propor uma reflexão das motivações que levam a ocorrência desse tipo de crime.

Partindo desse pressuposto, este trabalho busca analisar a forma como o jornalismo constrói notícias de feminicídio, e como ele auxilia a reflexão a respeito da temática de violência de gênero contra a mulher.

⁹ YAMAMOTO, Aline. Feminicídio: uma violência extrema que pode ser evitada. Fonte: Dossiê Patrícia Galvão. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>>

4 O SILÊNCIO MATA: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS NOTICIOSOS

No capítulo anterior foi abordada a construção social da mulher no jornalismo, as revoluções femininas e a busca de mulheres feministas por direitos e espaço em sociedade. Também se esclareceu a respeito das leis que amparam e protegem as mulheres no país, a Lei Maria da Penha, sancionada no ano de 2006, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, e a Lei do Feminicídio, esta que entrou em vigor no ano de 2015 e foi sancionada pela ex-presidente destituída Dilma Rousseff.

Neste capítulo irá se realizar uma análise dos conteúdos noticiosos presentes nas versões online dos jornais O Globo e Folha de São Paulo a respeito do feminicídio, a fim de identificar a possível existência de termos tendenciosos e a omissão ou presença de termos que possam inibir a reflexão a respeito da violência de gênero contra a mulher, vale a pena ressaltar neste ponto da pesquisa que, ao acessar os acervos de ambos os veículos encontramos na Folha de São Paulo uma total transposição de conteúdo, enquanto no O Globo, as páginas das edições impressas foram digitalizadas a fim de compor o acervo. Estes jornais foram selecionados por se tratarem do segundo e terceiro jornais de maior tiragem nacional segundo a ANJ (2015). O de maior tiragem foi suprimido da análise por sua abordagem ser regional, trata-se do Super Notícia, veiculado diariamente em forma de tabloide na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A respeito do recorte temporal, foi delimitado para a análise um período de dez anos, iniciando-se no dia primeiro de janeiro de 2006 e concluindo-se no dia 31 de dezembro de 2016, sendo este período importante para a análise de notícias por se tratar do período antecessor e sucessor a criação das leis tanto do Feminicídio como a Lei Maria da Penha.

Para a coleta dessas notícias, utilizaram-se os acervos online de ambos os jornais, adotando como indexadoras as seguintes palavras-chave: Assassinato de mulheres; Lei Maria da Penha; Agressão de mulheres e Feminicídio. Após a coleta de todas as notícias e reportagens relacionadas a estas palavras, foram selecionadas, aleatoriamente, uma notícia para cada ano, totalizando dez notícias de cada veículo. Ao analisar estes materiais, que totalizaram vinte conteúdos, seguiu-se com a identificação da presença ou omissão dos termos tendenciosos

supracitados utilizando os modalizadores discursivos explanados por Castilho e Castilho (1993, p. 217) e os enquadramentos, baseando-se nos estudos de Entman (1993). A partir da identificação destes termos criaram-se tabela com todas as sentenças consideradas tendenciosas, segundo estes critérios. Após este levantamento, um gráfico para cada veículo foi construído com a finalidade de quantificar o número de repetição desses termos ao longo dos textos e, logo em seguida, uma linha do tempo foi traçada, onde se aponta aproximado momento em que novos termos influenciados pelas alterações no Código Penal passaram a ser citados nos conteúdos noticiosos.

A respeito dos modalizadores discursivos, é preciso considerar que estes consistem nas palavras utilizadas em nossa linguística que são mediadas por intenções, tais quais explicitam dúvida, obrigatoriedade, certeza, entre tantas outras ponderações. Como afirmam Castilho e Castilho (1993, p. 217), diferentes recursos linguísticos estão a serviço dessa ação argumentativa: modos verbais, verbos auxiliares, advérbios, entre outros. Abaixo o quadro de classificação de modalizadores sugerida por Castilho e Castilho (1993).

Quadro 1: Modalizadores segundo Castilho e Castilho (1993)

<p>Modalização Epistêmica: “...expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (1993, p. 222). Compreende três subclasses:</p>	
<p>1) Os Asseverativos: a) Afirmativos: realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, sem dúvida, mesmo, entre outros; b) Negativos: de jeito nenhum, de forma alguma.</p>	<p>2) Os Quase-Asseverativos: talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente.</p>
<p>3) Os Delimitadores: quase, um tipo de, uma espécie de, geograficamente, biologicamente etc.</p>	
<p>Modalização Deontica: se refere ao princípio da obrigação e da permissão: obrigatoriamente, necessariamente etc.</p>	
<p>Modalização Afetiva: “verbaliza as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deontico”. (1993, p. 222)</p>	
<p>Há dois tipos de modalizadores afetivos:</p>	
<p>Subjetivos: felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente, espantosamente etc..</p>	<p>Intersubjetivos: sinceramente, francamente, lamentavelmente, estranhamente etc..</p>

Fonte: Brasil Escola¹⁰

Para que a análise desta pesquisa possa ser feita mais clara também é preciso trazer os conceitos de enquadramentos. Segue a consideração de Entman (1993) a esse respeito:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torna-los mais salientes em um texto, promovendo uma definição de um problema em específico, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (IDEM, 1993, p. 52)

Com isso, o autor afirma a presença de quatro ações características específicas de enquadramentos, que são: diagnosticar um problema, apontar causas para o problema, fazer julgamentos morais, e por fim sugerir soluções, entretanto, segundo o autor, nem sempre um texto apresenta todas estas características.

A pesquisa se inicia no ano de 2006, e utilizando da aleatoriedade, as seguintes manchetes foram capturadas. Vale ressaltar que para fim de facilitar a

¹⁰ CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português falado. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. II. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-sao-modalizadores-discursivos.htm>> acesso em 23 de setembro de 2018.

leitura aqui só se disporão as manchetes, mas as notícias em sua completude, materiais em que foram feitas as análises, estão disponíveis em <<https://www.behance.net/gallery/71251809/Feminicidio-e-os-jornais>>:

Figura 7: O Globo em 05 de dezembro de 2006

Casamento desfeito a facadas

Coronel reformado, ex-porta-voz da PM, é acusado de matar a mulher em Copacabana

Fonte: Acervo O Globo, 05 de dezembro de 2006/ p. 12.

Em se tratando de enquadramentos, na notícia do jornal O Globo encontram-se os quatro tipos de enquadramento segundo Entman (1993). Em um primeiro momento nota-se a presença de um julgamento moral de superioridade do marido pelo fato da patente deste ter sido repetida ao menos 10 vezes no texto além de uma descrição detalhada de todos os cargos e a vida pública do agressor, enquanto a profissão da vítima foi anunciada apenas uma, além de deslegitimá-la alegando comportamentos agressivos vindos desta. Outro tipo de enquadramento encontrado no texto trata do diagnóstico do caso, sendo este as facadas dadas pelo marido em sua esposa, e apontou como as causas desta agressão a relação conturbada vivida pelo casal. Ao elucidar o leitor a respeito da Lei Maria da Penha o enquadramento apresenta soluções para que mulheres agredidas denunciem estes casos.

Figura 8: Folha de São Paulo em 06 de agosto de 2006

06/08/2006 - 20h52

Marido que bate na mulher pode pegar três anos de prisão

da Folha Online

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 06 de agosto de 2006.

No texto apresentado pelo jornal Folha de São Paulo, encontram-se ao menos três dos enquadramentos descritos acima, o problema da violência contra a mulher foi diagnosticado, as soluções para estes casos foram anunciadas e as causas pelas quais a Lei Maria da Penha leva este nome foram elucidadas.

Tratando-se dos modalizadores, foram encontradas as seguintes palavras nos textos que se categorizam como modalizadores:

Quadro 2: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2006

Veículo	Classificação	Modalizador
Folha de São Paulo	Afetivo subjetivo	Somente
Folha de São Paulo	Epistêmico quase asseverativo	Se for constatada
O Globo	Epistêmico asseverativo	No entanto

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

No ano de 2007, as manchetes sorteadas foram as abaixo ilustradas:

Figura 9: O Globo em 14 de abril de 2007

Newton Cardoso acusado de agressão pela mulher

Deputada afirma que ex-governador de Minas já a havia agredido três vezes; ele nega

Fonte: Acervo O Globo, 14 de abril de 2007/ p. 12.

No texto capturado do jornal O Globo, encontra-se enquadramento relacionado a julgamentos morais não somente ao afirmar o comportamento do

agressor polêmico e alegar que este possui um modo “pouco sutil de fazer política” como também por parte da fala do ex-governador que se defende das acusações alegando que as mesmas se atribuíram ao fato de sua esposa estar sob efeito de medicamentos.

Figura 10: Folha de São Paulo em 21 de abril de 2007

21/04/2007 - 13h28

Homem atira três vezes na mulher e se suicida em Campinas

da **Folha Online**

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 21 de abril de 2007.

A notícia apresentada pela Folha de São Paulo diagnostica o problema da agressão e de forma breve informa o estado de saúde da vítima e o andamento da investigação de forma pouco aprofundada.

Nestas, os modalizadores encontrados foram:

Quadro 3: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2007

Veículo	Classificação	Modalizador
O Globo	Epistêmico Quase-Assertivo	Poderá (possivelmente)
O Globo	Deontico	Não poderá (Obrigatoriedade)

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

Ducrot (1988) afirma que as ações de linguagem que realizamos diariamente são sempre permeadas por intenções e argumentatividade. A argumentação está tão presente na interação humana que já está inscrita na própria estrutura

linguística, portanto, a escolha de palavras e o discurso utilizado pelo locutor estão diretamente ligadas às suas pretensões.

A Teoria da Argumentação na Língua, apresentada por Ducrot (1987) também faz oposição à concepção tradicional do sentido. Segundo a concepção tradicional, o sentido do enunciado se divide em três tipos de indicações: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As indicações objetivas se referem à representação da realidade, as subjetivas revelam a atitude do locutor frente à realidade e as intersubjetivas estão relacionadas às atitudes do locutor com relação a seus interlocutores, sendo os aspectos objetivos denominados de denotativos e os aspectos subjetivos e intersubjetivos denominados conotativos. (NASCIMENTO; LIMA, 2012, p.2)

A seguir para análise, as notícias referentes ao ano de 2008:

Figura 11: O Globo em 01 de novembro de 2008



Fonte: Acervo O Globo, 01 de novembro de 2008/ p. 17.

Nesta reportagem encontram-se dois tipos de enquadramento. O locutor forneceu o diagnóstico no texto ao informar o leitor a respeito da morte de mulheres (nesta o autor também inseriu um caso de morte masculina). O escritor/ repórter apontou também causas pelas quais as mulheres morrem, segundo ele, na maioria dos casos. Ele destaca como motivos os ciúmes e a inconformidade do parceiro com o fim da relação.

Figura 12: Folha de São Paulo em 31 de dezembro de 2008

Namoro e brigas de Luana Piovani foram notícia em 2008

da Folha Online

31/12/2008 © 11h19

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 31 de dezembro de 2008.

No texto apresentado pela manchete acima, o enquadro envolvendo julgamento moral foi identificado devido à angulação da notícia optar por abranger de forma muito mais clara as brigas com famosos, as frases de efeito polêmicas proferidas pela atriz e os relacionamentos com outros homens a ceder mais informações a respeito do caso da agressão feita pelo ator Dado Dolabella.

Em se tratando dos modalizadores encontrados nas notícias, identificaram-se:

Quadro 4: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2008

Veículo	Classificação	Modalizador
O Globo	Epistêmico Quase-Asseverativo	Pode ser (possivelmente)
O Globo	Afetivo Subjetivo Oculto	Justificando o fato de um dia antes de o crime acontecer o acusado estar andando “muito nervoso” pelo bairro da vítima.

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

No ano de 2009, as seguintes notícias foram obtidas:

Figura 13: O Globo em 11 de março de 2009

Mulher agredida foge de namorado em shopping

Garçonete, que era espancada por companheiro em favela, é salva por seguranças do Rio Sul

Fonte: Acervo O Globo, 11 de março de 2009/ p. 16.

Identificado o enquadramento Apontamento de Causas. No material disponibilizado pelo jornal O Globo as causas apontadas foram à ajuda dos seguranças do shopping Rio Sul e os quadros de agressões recorrentes por parte de seu companheiro, incluindo um esfaqueamento.

Figura 14: Folha de São Paulo em 28 de janeiro de 2009

Suspeito de agredir namorada com marreta é preso em Barueri (SP)

colaboração para a **Folha Online**

28/01/2009 © 09h05

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 28 de janeiro de 2009.

Na notícia levantada para a Folha de São Paulo as causas foram relacionadas às motivações do agressor ao cometer o crime, que segundo este, eram a suspeita de traição e o fato de ter seu ego ferido por se tornar motivo de chacota entre os moradores da região em que o casal habitava.

Foram identificados os seguintes modalizadores no texto do jornal O Globo:

Quadro 5: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2009

Veículo	Classificação	Modalizador
O Globo	Deôntico	Impedia
O Globo	Deôntico	Obrigava

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

O modalizador deôntico, segundo Castilho e Castilho (1993, p. 217) se refere ao princípio da obrigação, da permissão, se o agressor “a impedia de manter contato com outras pessoas e a obrigava a andar de cabeça baixa para que ninguém percebesse as agressões”. O modalizador deôntico é percebido, ao se verificar a reafirmação da crença de que o agressor tinha a posse da vítima.

Neste ponto desta pesquisa, chega-se a uma nova década e as notícias relacionadas à violência contra a mulher datam do ano de 2010. Estas também foram capturadas aleatoriamente após a seleção maior dos indexadores, já inicialmente mencionados no início deste capítulo.

No ano de 2010, a violência contra a mulher seguiu ocorrendo, e os materiais coletados para este ano são:

Figura 15: O Globo em 25 de abril de 2010

Intimidade violada

Estupros em fevereiro de 2010 aumentaram 88% em relação a 2009 em Niterói

Fonte: O Globo, 25 de abril de 2010/ p. 3.

Ao apontar os dados acerca da violência contra a mulher, o enquadramento relacionado ao diagnóstico é identificado no texto. Ao informar ao leitor quais foram os motivos pelos quais os níveis de denúncias de violência sexual aumentaram em Niterói, cidade localizada a 18,3 km do Rio de Janeiro. O enquadramento é percebido quando as causas são apontadas pelo texto. O mesmo enquadramento é

encontrado quando o autor da reportagem aponta os motivos pelos quais muitas mulheres têm receio de realizarem suas denúncias de violência sexual. No caso, em geral o medo de morrerem. Situação reafirmada por Atwood (1985) em seu livro ficcional: “Homens têm medo que as mulheres riam deles. Mulheres têm medo que os homens as matem”.

Ao realizar o enquadramento das notícias também foi identificada uma solução ao apontar um depoimento de uma vítima de violência sexual, que disse que mesmo com a justiça sendo omissa em relação a certos casos, é necessário realizar a denúncia.

Figura 16: Folha de São Paulo em 30 de junho de 2010

30/06/2010 - 19h27

Acusado de estupro e morte é condenado a 34 anos de prisão em Minas

DE SÃO PAULO

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 30 de junho de 2010.

Os julgamentos morais presentes no texto ao se citar como vive o acusado e a respeito de sua paternidade foram enquadrados neste texto. Um fato curioso relacionado a esta notícia é a menção da palavra “sexo” em substituição ao estupro, este que tem a seguinte definição no código penal (art. 213): constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Baseando-se nisso, a palavra “sexo” nos remete a um ato consentido, e não a uma violência sexual.

O modalizador deôntico foi identificado nesta notícia ao informar que o acusado deverá permanecer preso enquanto seus advogados entram com um recurso.

No ano de 2011:

Figura 17: O Globo em 29 de junho de 2011

Quase metade das mulheres foi agredida por marido

Pesquisa mostra ainda que 38% dos homens admitem que bateram nas companheiras; 12% dizem que foi sem motivo

Fonte: Acervo O Globo, 29 de junho de 2011/ p. 11.

O texto acima diagnostica os problemas relacionados à violência contra a mulher, a doméstica e a sexual, além de também diagnosticar os motivos pelos quais homens agredem suas companheiras. Ainda se tratando de enquadramentos, o material analisado utiliza a fala da socióloga Fatima Jordão para realizar julgamentos morais ao afirmar que o ciúme não é sinônimo de paixão, e sim da sensação de possessão que determinados homens adotam de forma doentia sobre a mulher. Ao comentar que 15% das mulheres que sofrem agressões são “forçadas a fazer sexo” com seu companheiro, a nomenclatura suaviza a real gravidade das situações, por estas se tratarem de casos de estupro.

Figura 18: Folha de São Paulo em 23 de março de 2011

Homem que agrediu ex em elevador diz que não queria matá-la

FÁBIO FREITAS
DE SÃO PAULO

23/03/2011 © 20h37

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 23 de março de 2011.

Os enquadramentos presentes neste texto tratam de apontar as causas pelas quais o agressor tentou estrangular sua ex-namorada, e apontou diagnóstico a respeito do resultado do comportamento agressivo deste. O texto afirma os direitos da vítima de ter, através de medida protetiva, o afastamento de seu ex-companheiro,

entretanto, peca ao informar ao leitor somente o nome desta lei e como realizar denúncias, sem trazer maior aprofundamento sobre a legislação.

O modalizador encontrado nas notícias acima é o que segundo Castilho e Castilho (1193, p. 217) se denomina Epistêmico Asseverativo e foi encontrado na utilização da palavra “significativo” ao informar a respeito dos motivos pelos quais as mulheres não deixam seus maridos no momento em que são agredidas.

No ano de 2012, têm-se:

Figura 19: O Globo em 10 de novembro de 2012

Jovens são agredidas e uma é estuprada em hotel

Fonte: Acervo O Globo, 10 de novembro de 2012/ p. 20.

Na notícia do jornal O Globo encontra-se o enquadramento de apontamento de causas devido ao fato de o autor relacionar o acusado a um outro crime, alegando o mesmo *modus operandi* nas duas situações. Baseando-se em Ducrot (1988), que diz que “as ações de linguagem que realizamos diariamente são sempre permeadas por intenções e argumentatividade”, temos neste texto duas escolhas de palavras que podem gerar uma interpretação errônea por parte de seu leitor. O locutor utiliza-se do termo “disseram” ao informar o que lhe foi contado pelas vítimas, palavra essa que pode deslegitimar o discurso e gerar descrença na versão. Ao se referir à vítima do crime, a chamaram de “a estuprada”, o que pode ser utilizado como característica depreciativa à vítima de violência sexual.

Figura 20: Folha de São Paulo em 19 de outubro de 2012

19/10/2012 - 16h01

Mulher é agredida e jogada no rio Pardo pelo marido, em Ribeirão Preto

DE RIBEIRÃO PRETO

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 19 de outubro de 2012.

O texto da Folha de São Paulo conta com um enquadramento de julgamento moral ao alegar que o acusado, mesmo tendo cometido um crime, não possuía antecedentes. Pelo fato de o agressor ainda se encontrar foragido, ao informar em um veículo de circulação nacional, o local onde a vítima tem se escondido além de submetê-la ao perigo, ainda cai em questões ético-profissionais da atuação jornalística

Os modalizadores aqui são:

Quadro 6: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2012

Veículo	Classificação	Modalizador
O Globo	Epistêmico Quase-Assertivo	Possivelmente
O Globo	Deontico	Deve (em contexto de ordem)
Folha de São Paulo	Epistêmico Quase-Assertivo	Possivelmente

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

Segundo alega o Dossiê do instituto Patrícia Galvão, dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, cerca de 50.3% destes foram cometidos por alguém do círculo de convívio íntimo da vítima, ou seja, das 13 mortes registradas diariamente neste ano, 7 delas vieram de pessoas com que a vítima possui ou

possuía laços de afeto, estabelecidos nos termos da Lei Maria da Penha, eis aqui manchetes de dois textos do ano de 2013.

Figura 21: O Globo em 10 de abril de 2013

‘Quero deixar o Brasil o mais rápido possível’, diz turista

Francês reconhece mais um acusado de ter estuprado a namorada

Fonte: Acervo O Globo, 10 de abril de 2013/ p. 11.

Os enquadramentos presentes no texto do jornal O globo são: Apontamentos de causas e Diagnóstico, por indicar os motivos pelos quais o francês não deseja voltar ao Brasil e por apresentar a fala do então governador do Rio, Sérgio Cabral, a respeito dos crimes de violência sexual. Neste mesmo texto temos novamente o estupro sendo nomeado de “sexo”, sendo este crime uma violação da mulher, diferindo-se assim do sexo consentido.

Figura 22: Folha de São Paulo em 19 de março de 2013

Brasil tem 677 mil ações de violência contra a mulher em 7 anos

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

19/03/2013 © 16h31 - Atualizado às 18h26

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 19 de março de 2013.

Ao apresentar dados a respeito da violência contra a mulher no país, o texto da Folha de São Paulo se enquadra em diagnóstico e também em soluções ao identificar formas de melhoramento do atendimento das vítimas.

Nos dois textos aqui apresentados, não foram identificados modalizadores.

No ano de 2014, foram sorteados os seguintes textos:

Figura 23: O Globo em 15 de junho de 2014

‘Ninguém veio ao mundo para apanhar’

Fonte: Acervo O Globo, 15 de junho de 2014/ p. 12.

O enquadramento de julgamento moral aqui presente se deve ao fato de a notícia deixar claro que mesmo sofrendo agressões, a vítima nunca deixou de faltar com cuidado às suas necessidades em casa e com os filhos, diagnostica um problema através da fala de uma vítima, que alega que as queixas “não dão em nada”, entretanto reitera que a denúncia é importante. O texto é novamente enquadrado ao diagnosticar que a violência doméstica é um problema, e aponta causas monetárias que são geradas aos cofres públicos como preocupação nos casos de violência contra a mulher.

Figura 24: Folha de São Paulo em 17 de dezembro de 2014

Em resposta a Bolsonaro, Senado inclui 'feminicídio' no Código Penal

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

17/12/2014 © 20h23 - Atualizado às 21h26

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2014.

No texto em questão, são enquadradas soluções ao dizer que o projeto está em desenvolvimento, apresenta resoluções ao informar as alterações da lei ao leitor, realiza o enquadramento apontando causas pelas quais o deputado não é penalizado por diversas de suas falas e também são apontadas causas pelas quais a tipificação foi incluída no Código Penal, entretanto nesta última fala temos a compreensão problemática de que a lei só passou a incluir nos registros devido à fala do deputado. O texto também apresenta julgamentos morais ao alegar que:

Ele é abertamente homofóbico, já chamou a mesma Maria do Rosário de "vagabunda" quando ela era ministra dos Direitos Humanos em 2008, insinuou que a presidente Dilma Rousseff é homossexual e fez ataques diversos a integrantes dos governos petistas. (GUERREIRO, 2014) ¹¹

A respeito dos modalizadores, encontramos dois:

Quadro 7: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2014.

Veículo	Classificação	Modalizador
Folha de São Paulo	Epistêmico Quase-Asseverativo	Praticamente
Folha de São Paulo	Epistêmico Asseverativo Negativo	Impossível

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

¹¹ GUERREIRO, Gabriela. Em resposta a Bolsonaro, Senado inclui 'feminicídio' no Código Penal. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1563964-em-resposta-a-bolsonaro-senado-tipificacao-o-crime-de-feminicidio.shtml>>.

Em março de 2015, o feminicídio é oficialmente incluído como tipificação do crime de homicídio, e nesse ano de conquista para as mulheres, tiveram-se as seguintes manchetes recolhidas em aleatório:

Figura 25: O Globo em 11 de agosto de 2015

Uma lei que pegou

ELEONORA MENICUCCI

Fonte: Acervo O Globo, 11 de agosto de 2015/ p. 13.

Dos diversos enquadramentos encontrados no texto, vê-se o apontamento de causas pelas quais a lei se tornou tão conhecida no país e também o que motivou a alteração da lei sob a alegação de que as multas pecuniárias (quando o agressor era condenado a pagar cestas básicas) não reparam os casos de violência. Outro enquadramento foi encontrado ao notar diagnósticos relacionados à importância da lei, alegando que as pessoas a conhecem e elogiam-na ao se afirmar no texto que esta tem salvado vidas.

Os julgamentos morais aparecem no texto ao se afirmar que Maria da Penha, teve “coragem e determinação” ao denunciar as agressões sofridas e buscar justiça, e este modelo de enquadramento também se repete na notícia ao realizar julgamento moral à forma da, então presidente, comandar o país e as pastas relacionadas às mulheres. O enquadramento de soluções é identificado quando o autor indica órgãos aos quais a vítima deve recorrer em casos de agressões.

Figura 26: Folha de São Paulo em 27 de abril de 2015.

Homem que decapitou namorada grávida é denunciado por feminicídio

DE SÃO PAULO

27/04/2015 © 18h17

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 27 de abril de 2015.

Os enquadramentos diagnóstico de apontamento de causas e de soluções, são encontrados, respectivamente, quando são indicados os tipos de crimes pelos quais o acusado irá responder, no momento em que são enunciadas as motivações do agressor ao decapitar sua namorada, e ao indicar sobre o que se trata a Lei do Feminicídio e suas penas.

A respeito dos modalizadores, a utilização da palavra “assim como” é identificada como modalizador delimitador.

Seguem as últimas duas manchetes desta análise e suas classificações:

Figura 27: O Globo em 22 de julho de 2016

Jovem é enforcada após fim de namoro

Fonte: Acervo O Globo, 22 de julho de 2016/ p. 18.

O texto aponta as causas pelas quais o agressor teria matado a jovem e também indica os motivos pelos quais se acredita ter sido este crime premeditado e traz soluções ao esclarecer ao leitor por qual crime o jovem será autuado. A notícia

também diagnostica o sofrimento da mãe e a fala do padrasto da vítima ao comentar como era o agressor e, por isso, recebe o enquadramento de julgamentos morais.

Figura 28: Folha de São Paulo em 27 de setembro de 2016.

6 em 10 vítimas de estupro em São Paulo conhecem autor da agressão

Fonte: Acervo online Folha de São Paulo, 27 de setembro de 2016.

São apontados diagnósticos relacionados ao estupro e são apontadas causas que levam o leitor a crer que os estupros mais recorrentes na cidade de São Paulo ocorrem a partir do círculo íntimo e pessoal da vítima. As duas falas da coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo podem ser enquadradas como julgamentos morais por estas traçarem um perfil dos criminosos e o texto identifica causas pelas quais muitos casos de violência sexual não são denunciados.

No material também se identificam enquadramentos relacionados ao diagnóstico por expor que a maioria das vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes, diagnosticam a pesquisa realizada pelo Datafolha, esta que afirma que 30% dos entrevistados dizem que a mulher ao usar roupas curtas não pode reclamar caso sejam estupradas, além de listar as dez cidades mais violentas do estado de São Paulo.

Nos textos, o modalizador localizado:

Quadro 8: Modalizadores localizados em notícias do ano de 2016

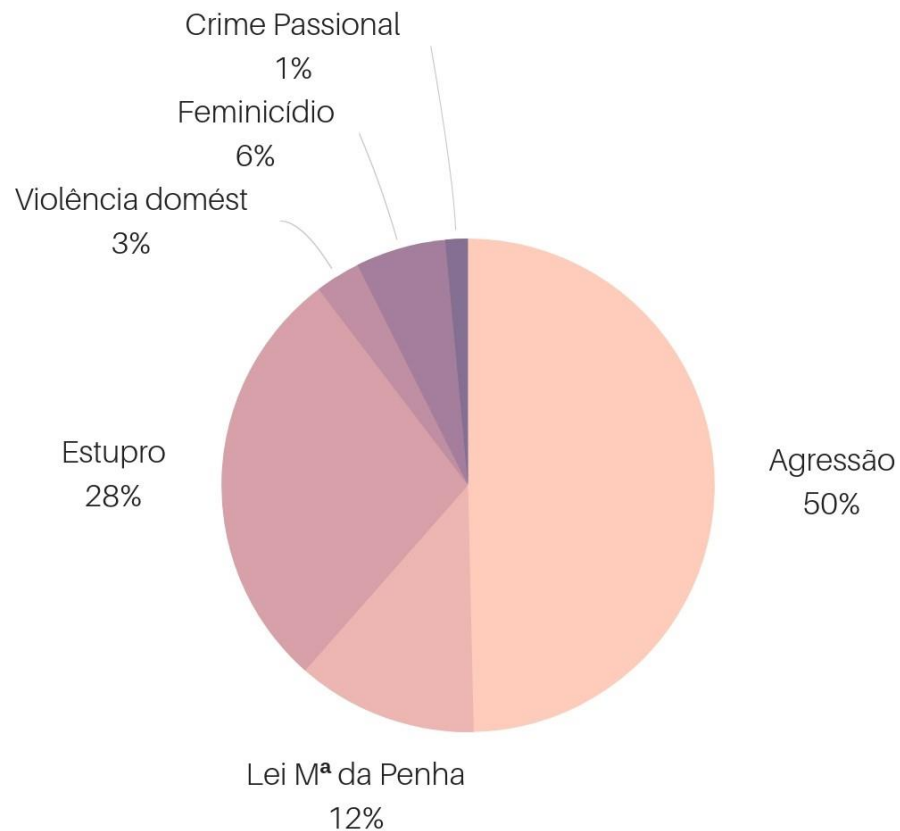
Veículo	Classificação	Modalizador
O Globo	Epistêmico Quase-Asseverativo	Pode ter sido

(Quadro de modalizadores criado por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

A pesquisa também se propôs a selecionar palavras e situações relacionadas aos mais diversos casos de violência de gênero tendo a finalidade de encontrar um padrão de repetição não só na forma como os textos jornalísticos foram redigidos, como também nos tipos de agressões mencionadas. Acredita-se que a repetição de palavras presentes nestes 20 textos também seja um fator relevante para identificar um ciclo de angulações “comuns” em casos de violência contra a mulher. Também se enxergou como importante para saber de que forma a informação alcança o leitor através do jornalista.

Os indexadores utilizados como palavras-chave foram escolhidos baseando-se em situações relacionadas à violência contra a mulher. Diante disso, foram procurados os seguintes termos: Agredida/Agressão; Lei Maria da Penha; Estupro; Ciúmes; Violência doméstica; Femicídio; Crime passional.

Gráfico 1: Gráfico geral de menções acerca de violência contra mulher nas matérias analisadas



(Matérias levantadas no jornal O Globo e Folha de São Paulo, produzido por SOUZA; ARIEIRA, 2018).

Diante dos materiais coletados nesta análise, observa-se a presença dos mesmos termos inúmeras vezes em diversas notícias. Tendo em mente a crença de que esta repetição pode auxiliar na percepção da gravidade dos problemas presentes nos conteúdos noticiosos a de se considerar que se utiliza mais agressão do que qualquer outro vocábulo. A palavra “agressão” e seus sinônimos foram localizados 67 vezes nos materiais coletados, tendo a palavra “estupro” ocupado o segundo lugar, com 38 repetições.

Em se tratando das mudanças ocorridas com a entrada das leis do Femicídio (2015) e Maria da Penha (2006) no Código Penal Brasileiro, estas se repetem apenas 8 e 16 vezes respectivamente, o que faz refletir sobre a importância da elucidação a respeito do que consistem tais crimes, tendo em vista que os termos relacionados a duas das inúmeras violências sofridas pelas mulheres se repetem muito mais vezes do que as leis e o que estas abrangem.

Com o passar dos anos os avanços tecnológicos, as mudanças da vida em sociedade e as alterações no Código Penal novos termos foram inseridos nos conteúdos noticiosos analisados, são estes os encontrados:

Figura 29: aparecimento de vocábulos ainda não anteriormente mencionados e cuja utilização teria sido motivada por novas legislações.



(Linha do tempo dos Vocábulos reunidos em 20 notícias nos jornais O Globo e Folha de São Paulo produzida por SOUZA e ARIEIRA, 2018).

Além da análise presente neste capítulo, foram encontrados alguns fatos curiosos a respeito da forma como a mídia enxerga o papel da mulher em sociedade. Ao utilizar as palavras-chave “mulher agredida” e “assassinato de mulheres” no campo de pesquisa de ambos os veículos, diversas notícias relacionadas a resumos de novelas e receitas surgiram, partindo do pressuposto do

método de busca ter realizado a identificação da palavra “mulher”. Pouquíssimos casos relacionados aos estupros foram encontrados nas notícias até o ano de 2009 e a primeira coluna que trata assuntos relacionados ao feminismo foi criada no ano de 2014 pelo jornal A Folha de São Paulo. Este espaço leva o nome de #AgoraÉQueSãoElas. Outra peculiaridade notada nesta pesquisa foi que todos os materiais coletados no acervo online da Folha de São Paulo, estiveram localizados na editoria “Cotidiano”, reforçando a naturalidade com a qual esses crimes são vistos.

Tendo como principal hipótese nesta pesquisa a possibilidade dos conteúdos noticiosos estarem utilizando em sua construção textual termos tendenciosos que podem inibir a reflexão acerca do feminicídio, pôde-se notar, através da amostra coletada e analisada, que o jornalismo ao tratar casos de violência contra a mulher ao mesmo tempo em que sinalizam e apontam casos de agressão, ainda que de forma superficial, se mostra fraco ao elucidar e indicar caminhos para os quais as vítimas de violência de gênero podem seguir.

Apesar de os conteúdos noticiosos estarem pontuando essas violências, em alguns materiais analisados vimos termos que podem deslegitimar o discurso da vítima, outros que posicionam o agressor em posição de superioridade diante a mulher e em algum destes a moral do agressor ou da vítima serem colocadas como parâmetros de justificativa para a ocorrência do crime, o que não é o correto quando se deseja esclarecer e gerar uma reflexão social acerca da agressão à mulher e do feminicídio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminicídio mata milhares de mulheres todos os anos no país. Com base nessa informação, levantou-se a hipótese de que muito antes do viés emocional por trás desses crimes, visto que o acusado na grande maioria das vezes é alguém que possuía laços emocionais com a vítima, o problema estrutural, social e a desigualdade de gênero em nosso país são causas que motivam esses criminosos e, por isso, é necessário gerar uma reflexão em toda a população. Entendia-se que fechar os olhos para estas mulheres que morrem vítimas de crimes de gênero não só não deve acontecer como deve ser algo combatido pelo jornalismo.

Fazer com que a população reflita sobre estas questões é também papel da mídia, considerada o quarto poder. Com isto, buscou-se analisar os jornais O Globo e Folha de São Paulo através de 20 conteúdos noticiosos compreendidos entre os anos de 2006 e 2016 em busca de termos tendenciosos e/ou expressões que pudessem de alguma forma inibir a reflexão social do leitor sob esses crimes hediondos. Realizou-se uma busca nos materiais coletados em que se levou em consideração a repetição de palavras que pudessem gerar um padrão de consciência errôneo acerca das agressões. Por último, foi realizada a elaboração de uma linha do tempo, a fim de identificar novas palavras que tenham surgido na escrita jornalística devido às mudanças sociais no país e no Código Penal Brasileiro.

O tema buscou, em um contexto acadêmico, analisar as mudanças na construção textual dos conteúdos noticiosos que relatam casos de violências à mulher através dos anos. A proposta também foi verificar se tais veículos e textos foram sendo influenciados por diversos outros fatores sociais e mercadológicos. Procurou-se aferir a forma como um assunto de tamanha relevância social vem sendo noticiado. No âmbito social, este trabalho buscou apresentar a necessidade de compreensão do que são os crimes contra a mulher e apontar o papel primordial das mídias, em potencial os jornais, no combate e auxílio a reflexão acerca do feminicídio.

De uma forma geral, pôde-se notar com esses materiais analisados, que há uma certa contradição no fazer jornalístico, pois este ao mesmo tempo em que pontua casos e deixa claro as leis que protegem e amparam a mulher no Brasil,

ainda há uma certa falta de profundidade ao esclarecer a respeito desses crimes e leis, o que poderia contribuir para evitar mais mortes de mulheres. Viu-se que não se aponta ao leitor que os casos denunciados e midiáticos são uma pequena porcentagem dos milhões de outros casos que não chegam a público, pelos mais variados fatores. Com isso, leva-se a crer que o jornalismo que noticia esses tipos específicos de caso, ainda caminha com lentidão e, em algumas circunstâncias, até com falta de profissionalismo uma vez que tendem a notícia a sua não reflexão.

A respeito das hipóteses apresentadas no início da monografia, consegue-se notar através da análise que existe sim certa tendenciosidade ao tratar os casos de violência contra a mulher, e que as mudanças no Código Penal Brasileiro e no âmbito social influenciaram para o surgimento de novos termos nas notícias. A repetição de palavras foi identificada, e também se pôde notar um padrão na forma como essas foram redigidas, ao evidenciar muito mais a agressão do que os métodos de apoio às vítimas.

A violência contra a mulher é um assunto de extrema importância e precisa ser tratado de forma comprometida por todas as instâncias sociais, incluindo a mídia. Ciúmes e inconformidade com o fim dos relacionamentos não são motivos para se tirar a vida de uma pessoa. Pessoas forçadas a fazer sexo são vítimas de estupro e um cidadão que agride uma mulher, não se faz menos criminoso por possuir família, filhos ou uma alta patente em determinada corporação. A violência contra a mulher merece e precisa ser tratada exatamente como ela é: um crime, e por isso precisa ser exposta de forma clara, para que a sociedade como um todo se conscientize.

As formas como os crimes contra as mulheres são tratados vem se modificando a passos muito lentos durante a história da sociedade, tanto no âmbito jurídico quanto no âmbito midiático. Entretanto, mulheres seguem construindo a história e conquistando o espaço que desde sempre as pertenceram e suas mortes vêm se tornando, ainda que aos poucos, assunto de reflexão pública.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL, DECRETO Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006. **Lei Maria da Penha**. Jun 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> acesso em 06 de maio de 2018.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M de. **Advérbios modalizadores**. In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português falado. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. II. <<https://www.google.com.br/amp/s/brasilecola.uol.com.br/amp/o-que-e/portugues/o-que-sao-modalizadores-discursivos.htm>>. Acesso em: 8 de ago. de 2018.

COUTO, Camila. **As escritoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros**. São Paulo: 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400>> acesso em 24 de agosto de 2018.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, vol. 43, nº 4, p. 51-58, 1993.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória, 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf> Acesso em 25 de abril de 2018.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 114, 1998.

_____, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. In: ProPosições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 56, 2008.

GUERREIRO, Gabriela. **Em resposta a Bolsonaro, Senado inclui 'feminicídio' no Código Penal**. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1563964-em-resposta-a-bolsonaro-senado-tipificacao-o-crime-de-feminicidio.shtml>> Acesso em 14 de setembro de 2018.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.

LAGARDE, Marcela. Del femicidio al feminicidio. In: **Desde el Jardin de Freud**. Bogotá, nº 6, 2006, p. 216-225. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do Mundo Feminino**. In SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada No Brasil, V.3 – República: da Belle Époque à era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes 2010.

MELO, José Marques, **Teorias do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MOTTA, R. P. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 - 1969**. *Revista Topoi*, 62-85, 2013.

PACHECO, Mariana Do Carmo. "**O que são modalizadores discursivos?**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-sao-modalizadores-discursivos.htm>>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

PASINATO, Wânia. **Feminicídio: uma violência extrema que pode ser evitada**. Fonte: Dossiê Patrícia Galvão. (org.) Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>> Acesso em 29 de julho de 2018.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSSI, Clovis. **O que é Jornalismo; Coleção Primeiros Passos**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Gênero, violência e patriarcado. Coleção Brasil Urgente.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Diretrizes Nacionais sobre Femicídios - 2016. Brasília. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-deconteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf>> Acesso em 10 de setembro de 2018.

SHOEMAKER, Pamela J; VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia.** Porto Alegre: Penso, 2011.

YAMAMOTO, Aline. Femicídio: uma violência extrema que pode ser evitada. **Fonte: Dossiê Patrícia Galvão. (org.)** Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>> Acesso em 29 de julho de 2018.